

África



Culinária da África

Se alguma vez existiu uma culinária africana, no sentido de típica de todo o continente – o que é pouco provável, devido às suas enormes dimensões, tanto geográficas como humanas – essa culinária perdeu-se ao longo da história. Os africanos, como os povos dos restantes continentes, receberam “frutos” de todo o mundo, que incorporaram na sua dieta, assim como as próprias técnicas culinárias.

Se quisermos encontrar algum fator comum na alimentação dos africanos, temos primeiro que dividir o continente em duas regiões:

O norte da África, onde se tornou habitual o cultivo do trigo (incluindo partes do norte, nordeste e leste da Etiópia e o norte do Sudão) – esta culinária é desenvolvida na culinária mediterrânica – e

A África subsaariana onde, em geral, não é o trigo, mas outros vegetais farináceos que constituem a base da alimentação – é desta região que o presente artigo se debruça

Ao contrário do norte de África, onde a base da alimentação é uma espécie de pão, na África subsaariana tradicionalmente é uma massa cozida em água que acompanha – ou é acompanhada – por diferentes guisados e grelhados. No entanto, o arroz e a batata aclimataram-se bem em várias regiões de África e atualmente pode dizer-se que metade das refeições têm estes vegetais como fonte de energia.

Na África austral e oriental, principalmente junto à costa, é o milho, moído em grandes pilões ou nas modernas moagens, que serve para fazer o substrato da culinária africana. Nas regiões mais afastadas da costa, é o sorgo o cereal indígena que cumpre este papel, enquanto que na África ocidental o fufu é feito com os tubérculos do inhame e outras plantas típicas dessas paragens. A mandioca, outro visitante de outras paragens que se radicou em África, é igualmente uma das fontes de energia utilizada nas regiões mais secas.

Então uma refeição “tipicamente africana” – normalmente consumida ao fim da tarde, depois do dia de trabalho – é formada por um grande prato de arroz ou massa de um dos vegetais mencionados acima, que é normalmente dividido criteriosamente pelos membros do agregado familiar, e uma panela com um guisado ou uma salada que acompanha um peixe ou naco de carne grelhada. Em relação a este “caril” (como se chama ao acompanhamento mais ou menos proteico da refeição em Moçambique), a divisão já tem regras mais rígidas, relacionadas com a divisão de trabalho na sociedade tradicional: o chefe da família tem direito ao melhor bocado, a seguir os restantes adultos e

as crianças ficam praticamente com os restos, uma vez que durante as suas brincadeiras elas sempre vão comendo frutos ou mesmo um pássaro que lhes apareça à frente.

Isto refere-se evidentemente às famílias que vivem nas zonas rurais – nas cidades, apesar da maior disponibilidade e variedade de alimentos, só uma pequena parte da população tem acesso a uma alimentação melhor que no campo. A maior diferença entre a refeição do africano rural e do pobre das cidades é o conjunto dos utensílios usados para cozinhar e servir os alimentos e do combustível utilizado; e, mesmo assim, as famílias rurais que têm ou tiveram um dos seus membros a trabalhar num país diferente por contrato, têm normalmente louça de cozinha e de mesa própria das cidades.

O “caril” típico em África é um guisado de vegetais, por vezes reforçado com uma pequena quantidade de peixe ou carne seca mas, na maior parte das vezes, a proteína é essencialmente vegetal. É comum em várias regiões usar amendoim pilado como base do caril; o feijão, de que existe um grande número de variedades locais, é também uma importante fonte de proteínas. Naturalmente que as famílias de pescadores e, em geral, as pessoas que vivem junto à costa têm uma maior proporção deste tipo de proteína nas suas dietas mas, pelo contrário, os agricultores, que normalmente possuem também animais domésticos, não usam com tanta frequência a sua carne na alimentação diária. A carne, mesmo de galinha, é muitas vezes a “proteína do domingo” ou de celebrações especiais (casamentos, culto dos mortos, etc.)

Esta descrição pode dar a entender que a culinária africana é pobre ou monótona, mas isso não é verdade – o que se pretendeu foi alinhar alguns traços comuns da dieta dos africanos, que não se pode considerar pouco nutritiva nem insípida. Para além dos frutos da terra que dão, por exemplo, o azeite de dendê, os africanos adoptaram e cultivam mesmo um grande número de especiarias provenientes do resto do mundo – a ilha de Zanzibar, na Tanzânia, foi durante algum tempo o maior produtor mundial de cravo da Índia, aparentemente originário da Indonésia. A África, em geral, adoptou igualmente as receitas culinárias dos povos que a visitaram ou que ali se radicaram e um bom exemplo desta mestiçagem alimentar é a feijoada à moda do Ibo.

Lista de países da África por Índice de Desenvolvimento Humano

IDH dos países da África.

0.750–0.799

0.700–0.749

0.650–0.699

0.600–0.649

0.550–0.599

0.500–0.549

0.450–0.499

0.400–0.449

0.350–0.399

0.300–0.349

Sem informação

Esta é uma lista de países da África ordenada por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como incluída no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), compilado com base em dados de 2013 e publicada no dia 14 de dezembro de 2015. Cobre 53 países da África (de 55). Apenas a Somália, além do Saara Ocidental (território controlado pelo Marrocos), não é incluída devido à falta de dados.

Lista completa dos países

▲ = aumento;

— = estável;

▼ = perda;

Os valores similares do IDH na lista atual não conduzem a relações classificatórias, já que a classificação do IDH é realmente determinada usando valores do IDH ao sexto ponto decimal.

A revisão do índice foi divulgada em 14 de dezembro de 2015, com dados referentes ao ano de 2014 (dois mil e catorze / dois mil e quatorze)

Índice de Desenvolvimento Humano

Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (baseado em dados de 2017, publicados em 2018).

acima de 0,900	0,650–0,699	0,400–0,449
0,850–0,899	0,600–0,649	0,350–0,399
0,800–0,849	0,550–0,599	0,300–0,349
0,750–0,799	0,500–0,549	abaixo de 0,300
0,700–0,749	0,450–0,499	Sem dados

Mapa-múndi representando as quatro categorias do Índice de Desenvolvimento Humano, baseado no relatório publicado em 14 de setembro de 2018, com dados referentes a 2017.

0,800–1,000 (muito alto)	0,350–0,554 (baixo)
0,700–0,799 (alto)	Sem dados
0,555–0,699 (médio)	

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo).

A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc.

O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual.

Índice de Desenvolvimento Social

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é um índice com base na esperança de vida à nascença, nível educacional e conforto e saneamento. Ou seja, semelhante em conceito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas substituindo ao índice "Renda" pelo índice "Conforto e saneamento".

O Índice de Desenvolvimento Social é composto dos seguintes Índices:

INS - Índice do Nível de Saúde

INE - Índice do Nível de Educação

ISB - Índice da Oferta de Serviços Básicos

IRMCF- Índice da Renda Média dos Chefes de Família

Linha de pobreza

Linha de pobreza é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos per capita (expressão latina que significa "por cabeça") e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza.

Não há consenso sobre qual critério deve ser adotado como linha de pobreza. O critério mais aceito, no tempo presente, é o do Banco Mundial, que, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 estabeleceu que a linha de pobreza mundial é de menos de 1 dólar por dia.

Contudo, de acordo com o Documento de Trabalho nº 4620 do Banco Mundial, estudos recentes, e mais amplos, revelam que a taxa de pobreza de menos de um dólar é um pouco imprecisa, podendo oscilar 25 centavos de dólar a mais ou a menos.

O Banco Mundial atualizou o valor da linha internacional da pobreza para US\$1,90 por dia, isso no ano de 2015. Segundo o órgão, foi preservado o poder de compra real da anterior, de US\$ 1,25 por dia.

O Banco Mundial utiliza a faixa de US\$ 1 dólar por dia por pessoa como linha de indigência (renda suficiente para comprar apenas os alimentos necessários para repor os gastos energéticos) e de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza extrema (renda considerada suficiente para satisfazer as necessidades mínimas dos moradores de um domicílio).

Estado de bem-estar social

Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes de acordo com o país em questão. Cabe, ao Estado do bem-estar social, garantir serviços públicos e proteção à população.

Os Estados de bem-estar social desenvolveram-se principalmente na Europa, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia, tendo sido implementados com maior intensidade nos Estados Escandinavos (ou países nórdicos, tais como Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), sob a orientação do economista e sociólogo sueco Karl Gunnar Myrdal. Ironicamente, Gunnar Myrdal, um dos principais idealizadores do Estado de bem-estar-social, dividiu, em 1974, o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel com seu rival ideológico Friedrich August von Hayek, um dos maiores defensores do livre mercado e economista da Escola Austríaca.

Essa forma de organização político-social, que se originou da Grande Depressão, se desenvolveu ainda mais com a ampliação do conceito de cidadania com o fim dos governos totalitários da Europa Ocidental (nazismo, fascismo etc.). O historiador Robert Paxton observa que, no continente europeu, as fundações do Estado do Bem-Estar Social foram elaborados por conservadores e liberais econômicos no final do século XIX como alternativa ao socialismo com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis da existência de qualquer cidadão, bem

como para evitar a união dos trabalhadores que era então estimulada pelos ideais socialistas, muito fortes na época. Pelos princípios do Estado de bem-estar social, todo indivíduo teria direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços, que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado ou indiretamente mediante o poder de regulamentação do Estado sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, possibilidade de livre associação, recursos adicionais para a criação dos filhos, direito de expressão, etc.

A ideia de se usar a política social como um meio para se obter a eficiência econômica incorporou-se no socialismo fabiano inglês e no socialismo funcional sueco, sendo hoje aplicado na República Popular da China, na Rússia e em menor escala em Cuba.

O conceito de "políticas sociais produtivas" encontrou apoio nos governos democráticos, especialmente na Suécia, onde o conceito ressurgiu durante a Grande Depressão dos anos 1930. Na Suécia, a crise, em termos de efeitos sociais da Grande Depressão e de desemprego em massa, coincidiu com a "questão da população" e a queda dos índices de natalidade, e modelou o discurso de uma crise social e nacional. Esse discurso estruturou as ideias de intervenção estatal na economia como um processo de racionalização da reprodução da população e da esfera domiciliar, baseado na observação de que os custos de reprodução e de criação de filhos estavam desigualmente distribuídos entre as classes sociais.

Da mesma maneira que os mercados de trabalho e a mais ampla organização da produção poderiam ser racionalizados mediante a utilização de regulamentações sociais para se obter um nível mais alto de produtividade, também a esfera social deveria ser racionalizada através do uso de políticas sociais, como políticas familiares, sempre em benefício de maior eficiência nacional. Essa noção de "racionalização" foi incorporada no conceito de "política social produtiva".

Em 1932, o sociólogo e economista Social-democrata Gunnar Myrdal escreveu que as modernas políticas sociais diferiam totalmente das antigas políticas de auxílio à pobreza, uma vez que eram investimentos e não custos. As políticas sociais modernas seriam eficientes e produtivas devido à sua ação profilática e preventiva, direcionada para evitar o surgimento de problemas nos organismos político-sociais. Nesse sentido, as novas políticas sugeridas por Myrdal contrastavam fortemente com as antigas políticas de "remediar a pobreza", sendo destinadas a evitar o surgimento de bolsões de pobreza e a criar maiores riquezas. Myrdal, retornando dos Estados Unidos, onde tornou-se um

admirador do New Deal, escreveu um artigo intitulado Qual é o custo da Reforma Social, onde desenvolvia sua argumentação e atacava os críticos das despesas sociais, da (antiga) escola de Estocolmo.

Contra as recomendações dos que pregavam uma "maior economia orçamentária" para sair da Grande Depressão, Myrdal argumentava que as políticas sociais não eram meramente uma questão de redistribuição de renda, mas eram uma questão vital para o próprio desenvolvimento econômico e tinham, como objetivo principal, o aumento do produto interno bruto. Esses conceitos de Myrdal sustentaram a defesa retórica de um Estado de bem-estar social que se expandiu, contra o desejo dos liberais, que viam as políticas sociais como "custos" e não como "investimentos". A social-democracia sueca era totalmente orientada para uma maior eficiência dos mercados e via, nas políticas sociais, um meio de obter não só a segurança social dos indivíduos, mas sobretudo a organização eficiente da produção.

O conceito de economia mista surgiu na Europa no final do século XIX e foi introduzido nos Estados Unidos nos anos 1930. Na moderna concepção de Estado-providência, os mercados dirigem as atividades específicas do dia a dia da vida econômica, enquanto que os governos regulamentam as condições sociais e proporcionam pensões de reforma, cuidados de saúde e outros aspectos da rede de segurança social.

Hoje em dia, existe o Estado-Providência, resultado da II Guerra Mundial, mas filho direto da crise de 1929 (Grande Depressão). O "Welfare state" teve a origem no pensamento keynesiano e surgiu como resposta para o que se vivia na Europa.

Entre os seus objetivos, há dois essenciais: a garantia do bom funcionamento do mercado segundo o pensamento de Adam Smith e a defesa dos direitos dos cidadãos na saúde, educação e alimentação. Uma das ideias fundamentais desse pensamento é a igualdade de oportunidades. Ao longo do tempo, vão-se desenvolver políticas públicas, aumentando o orçamento do Estado para essas áreas. Hoje, na Europa, 40% do produto interno bruto vai para políticas sociais. A sua origem vem de Lorenz Von Stein, jurista alemão, que elaborou, nos seus ensaios, a ideia de que o Estado também deve intervir na economia para corrigir os prejuízos que possa haver para os seus cidadãos.

Von Stein alertava para o perigo de uma reforma social em que não fossem feitas as reformas necessárias. Essa ideia remonta a meados do século XIX e, no final desse século, outro pensador, Adolph Wagner, vai criar a Lei de Wagner, que prevê o aumento da intervenção pública nessas áreas, dizendo que, se não há um aumento de administração pública da economia, não há crescimento económico. É nos anos 1930 que se implementa o Welfare State, depois de algumas experiências anteriores.

Analizando a intervenção do Estado nas sociedades francesa e inglesa, os politólogos vão definir três fases de implementação do Estado Providência:

1. Experimentação: esta fase coincide com o alargamento do direito de voto e o aparecimento da segurança social, impulsionada por Otto Von Bismarck e que vai resultar na política central da Alemanha do pré-I Guerra Mundial e depois da própria República de Weimar.
2. Consolidação: o Estado não poderia ficar indiferente àquilo que se passava e, por isso, chega a hora de intervir através da criação de emprego, como se pode ver nas políticas de Franklin Roosevelt.
3. Expansão: nos pós-II Guerra Mundial, o Estado de bem-estar social expande-se. O modelo tinha sido bem-sucedido na Suécia e seria aplicado de uma forma generalizada. Patrocinava um acordo social em três partes: o proletariado (representado pelos sindicatos), o patronato e o Estado, o mediador. Quando a política não resulta, o Estado intervém e tenta resolver a situação para agradar a ambas as partes. Até aos anos 1980, o processo produziu os 30 gloriosos anos de crescimento económico e estava a ganhar o confronto com o liberalismo capitalista, até que entrou em crise após os problemas financeiros de 1973 e a guerra do Vietname, elemento destabilizador da economia dos Estados Unidos. Isso vai levar a que Margaret Thatcher diga que o Estado deixou de ter condições económicas para sustentar um Estado Providência e vai retirar os vários direitos que os cidadãos tinham adquirido ao longo de várias décadas.

Essa crise era um facto inegável e, daí, vão surgir duas correntes explicativas:

Explicação direitista: esta teoria defendia que se está a viver uma crise de governabilidade e a razão é o excesso de democracia, de controle público sobre as empresas e sobre a economia. É a base da política de Cavaco Silva ou Bagão Félix. Ocorre que cada negócio é melhor no que se especializa: governos, por sua característica intrínseca, são especializados em promover distribuição de renda e não crescimento económico. Logo, o excesso de intervenção estatal trará a ineficiência produtiva do Estado sobre as empresas, da mesma forma que o excesso de interferência empresarial sobre o governo traria a ineficiência distributiva do mercado para o governo.

Explicação esquerdista: há uma sobrecarga do Estado porque existem vários grupos que lutam pelo poder e pelo controlo da economia. Para chegar ao Governo, cada grupo promete cada vez mais, despoletando os gastos públicos.

O grande dilema dos países europeus, a partir da crise dos anos 1970, consistiu em manter uma política social igualitária, num contexto de aumento da heterogeneidade social. Tal condição só foi possível em função do alto grau

de homogeneidade conquistado através de políticas de rendas e políticas sociais desenvolvidas sob a égide do conceito de cidadania nos anos 1950 e 1960. No entender de Esping-Andersen, que definiu "três mundos" quanto às políticas de bem-estar social, foi o foco sueco no "produtivismo", com suas políticas sociais concebidas para aumentar a capacidade produtiva dos indivíduos (por oposição à visão neoliberal, que conceitualiza as políticas sociais como sendo "custos" ou meras transferências de renda "daqueles que produzem para aqueles que não produzem") que permitiu a universalização das políticas sociais na Suécia. Em países que não mantiveram esse foco "produtivista" em suas políticas sociais, onde a população ficou, em consequência, mais vulnerável aos efeitos do discurso neoliberal, mesmo nos países mais ricos, como os Estados Unidos, essa universalização dos benefícios sociais não foi obtida.

Os Neoliberais argumentam que o Estado Providência é antieconómico, já que desvia investimentos, provoca improdutividade, leva a ineficácia e ineficiência do aparelho estatal e, no fundo, é a negação da liberdade e da propriedade privada. Já os Neomarxistas argumentam que o Estado está a viver uma crise fiscal derivada de um excesso de produção e que quem se apropria dos resultados da produção é o proprietário capitalista, deixando, o proletariado, sem lucro e sem dinheiro para pagar impostos a fim de manter o estado viável. Falam igualmente de uma crise de legitimidade, criticando as políticas de privatização total. Hoje em dia, o futuro do Estado Providência é incerto. Estamos a viver em plena crise e aparecem já algumas reformas que tentam resolver problemas como a segurança social, mas a própria mutação demográfica na Europa não ajuda a resolver a problemática do Estado Providência. A direita diz que não há dinheiro e é preciso patrocinar reformas. A esquerda diz que dinheiro há, ele está é mal distribuído.

Efeitos sobre a pobreza

A evidência empírica sugere que os impostos e as transferências de renda podem reduzir consideravelmente a pobreza na maioria dos países, cujo bem-estar dos estados comumente constituem pelo menos um quinto do PIB.

Religiões tradicionais africanas

As religiões tradicionais africanas, também referidas como religiões indígenas africanas, englobam manifestações culturais, religiosas e espirituais originárias do continente africano e que continuam sendo praticadas nesse continente nos dias atuais. Há uma multiplicidade de religiões dentro desta categoria.

Religiões tradicionais africanas envolvem ensinamentos, práticas e rituais, e visam a compreender o divino.

Mesmo dentro de uma mesma comunidade, no entanto, pode haver pequenas diferenças quanto à percepção do sobrenatural. São religiões que não foram significativamente alteradas pelas religiões adotadas mais recentemente (cristianismo, budismo, islamismo, judaísmo e outras). Estima-se que estas religiões sejam seguidas atualmente por aproximadamente 100 milhões de pessoas em todo o território africano.

Os africanos quase sempre reconhecem a existência de um Deus Supremo ou Demiurgo que criou o Universo (Olodumare, ou Olorun, Mawu, Nzambi etc).

Muitas histórias tradicionais africanas falam que Deus, ou seu filho, uma vez viveu entre os homens, mas que, quando os homens fizeram algo que ofendeu a Deus, o divino retirou-se para os céus. Religiões tradicionais africanas são definidas em grande parte por linhagens étnicas e tribais, como a religião yoruba.

Religiões tradicionais africanas e línguas

A maioria das religiões tradicionais africanas tem, na maior parte de sua existência, sido transmitida oralmente (em vez de por escrito). Assim, os peritos linguísticos tais como Christopher Ehret e Placide Tempels aplicaram seus conhecimentos de línguas para reconstruir a opinião do núcleo original dos seguidores dessas tradições. As quatro famílias linguísticas faladas na África são: Línguas afro-asiáticas, línguas nilo-saarianas, Níger-Congo e Línguas khoisan.

Classificação e estatísticas

Adherents.com lista as "religiões tradicionais africanas e da diáspora" como um "grande grupo religioso", estimando cerca de 10 milhões de adeptos. Eles justificam esta listagem combinada das religiões tradicionais africanas e da diáspora africana, bem como a separação da categoria genérica "indígenas-primitivas", salientando que "as religiões 'indígenas-primitivas' são essencialmente tribais e compostas por povos pré-tecnológicos."

Tradições de cada região da África

Norte da África

Mitologia berbere

Mitologia Egípcia (pré-cristã)

África Ocidental

Mitologia Akan

Mitologia Ashanti (Gana)

Mitologia fon (Fon)

Odinani dos igbos (Nigeria, Camarões)

Mitologia Efik (Nigéria, Camarões)

Mitologia isoco (Nigéria)

Mitologia iorubá (Nigéria, Benim)

África Central

Mitologia Bushongo (Congo)

Mitologia Bambuti (Pigmeu) (Congo)

Mitologia Lugbara (Congo)

África Oriental

Mitologia Akamba (Leste do Quênia)

Mitologia Dinka (Sudão)

Mitologia Lotuko (Sudão)

Mitologia Masai (Quênia, Tanzânia)

Sul da África

Mitologia Khoikhoi

Mitologia Lozi (Zâmbia)

Mitologia Tumbuka (Malawi)

Mitologia Zulu (África do Sul)

Diáspora africana

A mitologia africana foi levada para as Américas pelos africanos escravizados. As que mais se tem notícia são: a mitologia fon daomeana, mitologia yoruba, mitologia igbo, mitologia fânti, mitologia axânti, mitologia angola, mitologia congo, mitologia banta (que, mais tarde, tornou-se uma mitologia mestiça nas religiões afro-americanas).